

Parte III

Orientações para o trabalho dos
Grupos de Estudo e
Aprendizagem – GEA

MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Organizadores:

Aline Cruz dos Santos Oliveira
Josinéia dos Santos Moreira
Marcos Paiva Pereira

Parceiro

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME/BA)

Presidente

Raimundo Pereira Gonçalves Filho

UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNCME/BA)

Coordenadora

Gilvânia da Conceição Nascimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)

Diretor da Faculdade de Educação (FACED)

Roberto Sidnei Alves Macedo

EQUIPE DO PROGRAMA DE (RE)ELABORAÇÃO DOS REFERENCIAIS CURRICULARES NOS MUNICÍPIOS BAIANOS

Coordenador do Programa

Renê Silva

Coordenador de Articulação com os Municípios

Williams Panfile Brandão

EQUIPE DE ESPECIALISTAS

Currículo

Cristiana Ferreira dos Santos

Currículo

Herbert Gomes da Silva

Currículo

Roberto Sidnei Alves Macedo

Educação Integral

Cláudia Cristina Pinto Santos

Educação Infantil

Zuma Evangelista Castro da Silva

Ensino Fundamental Anos Iniciais

Fernanda Karla de Santana Reis Argolo

Ensino Fundamental Anos Finais

Eronize Lima Souza

Educação de Jovens, Adultos e Idosos

Josinéia dos Santos Moreira

Educação do Campo, Indígena e Quilombola

Marcos Paiva Pereira

Educação Especial

Aline Cruz dos Santos Oliveira

Plataforma Moodle

José Renato Gomes de Oliveira

EQUIPE DE FORMADORES POR NÚCLEOS FORMATIVOS

Núcleo Formativo 01 - Irecê

Miriam Oliveira Rotondano

Núcleo Formativo 02 – Velho Chico

Jeane Rufina de Souza Silva

Núcleo Formativo 03 – Chapada Diamantina

Luzileide de Jesus Santos e Santos

Núcleo Formativo 04 - Sisal

Carlos Vagner da Silva Matos

Núcleo Formativo 05 – Litoral Sul

Cristiano de Sant Anna Bahia

Núcleo Formativo 06 – Baixo Sul

Anderson Passos dos Santos

Núcleo Formativo 07 – Extremo Sul

Carolina Freitas Castro Ribeiro

Núcleo Formativo 08 – Médio Sudoeste da Bahia

Higro Souza Silva

Núcleo Formativo 09 – Vale do Jiquiriçá

Lucinaide Santana Santos

Núcleo Formativo 10 – Sertão do São Francisco

Marco Antônio de Jesus Botelho

Núcleo Formativo 11 – Bacia do Rio Grande

Gabriela Sousa Rêgo Pimentel

Núcleo Formativo 12 – Bacia do Paramirim

Renilton da Silva Sandes

Núcleo Formativo 13 – Sertão Produtivo

Naurelice Maia de Melo

Núcleo Formativo 14 – Piemonte do Paraguaçu

Izabel Conceição Costa da Silva

Núcleo Formativo 15 – Bacia do Jacuípe

Angelo Dantas de Oliveira

Núcleo Formativo 16 – Piemonte da Chapada

Michelli Venturini

Núcleo Formativo 17 – Semiárido Nordeste II

Robélia Aragão da Costa

Núcleo Formativo 18 – Litoral Norte e Agreste Baiano

Gerusa do Livramento Carneiro de Oliveira Moura

Núcleo Formativo 19 – Portal do Sertão

Alexsandro Rocha de Souza

Núcleo Formativo 20 – Sudoeste Baiano

Josirlene Cardoso Lima Afonseca

Núcleo Formativo 21 – Recôncavo

Tania Maria Nunes Nascimento

Núcleo Formativo 22 – Médio Rio de Contas

Karine Nascimento Silva

Núcleo Formativo 23 – Bacia do Rio Corrente

Karla Mychely Teles de Miranda Santana

Núcleo Formativo 24 – Itaparica

Maria das Graças Souza Moreira

Núcleo Formativo 25 – Piemonte Norte do Itapicuru

Maria Cristiane Correia Maia

Núcleo Formativo 26 – Metropolitano de Salvador

Edisio Brandão Sousa

Núcleo Formativo 27 – Costa do Descobrimento

Luiz Argolo de Melo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
2. APRESENTAÇÃO DAS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PELO DCRB	08
3. ORIENTAÇÕES PARA O TRABALHO DOS GRUPOS DE ESTUDOS E APRENDIZAGENS - GEAs	08
4. ATRIBUIÇÕES DOS GRUPOS DE ESTUDOS E APRENDIZAGENS VOLTADOS AS MODALIDADES	11
5. METODOLOGIA DOS GEAs VOLTADA ÀS MODALIDADES	13
6. INDICAÇÕES DE ESTUDOS VOLTADOS AO APROFUNDAMENTO CONCEITUAL REFERENTE AS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	17
BIBLIOGRAFIA	21
ANEXOS	24

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado.

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

BNCC - Base Nacional Comum Curricular.

CME - Conselho Municipal de Educação.

CEE - Conselho Estadual de Educação.

CNAEJA - Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

CNE/CEB - Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica.

CONAE - Conferência Nacional de Educação.

CONFINTEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos.

ENEJA - Encontro Nacional de Educadores de Jovens e Adultos.

ENERA – Encontro nacional de Educação na Reforma Agrária.

EPJAI - Educação de Pessoas Jovens e Adultas e Idosas.

EFA – Escola Família Agrícola.

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IES - Instituto de Ensino Superior.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases.

MEC - Ministério da Educação e Cultura.

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização.

PME - Plano Municipal de Educação.

PNE - Plano Nacional de Educação.

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PRONERA – Programa nacional de Educação na Reforma Agrária.

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

TOPA - Todos pela Alfabetização.

UAB - Universidade Aberta do Brasil.

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

UFBA – Universidade Federal da Bahia.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

UNEB - Universidade do Estado da Bahia.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

APRESENTAÇÃO

Este **Caderno de Orientações - Parte III** é destinado às orientações para a Organização dos Grupos de Estudos e Aprendizagens – GEA's das Modalidades da Educação Básica: Educação Indígena; Educação Especial; Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas; Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola.

No período de 26 de junho a 14 de julho de 2020, sob a coordenação das Comissões Municipais de Governanças - CMGs, os GEA's deverão empenhar esforços na efetivação de estudos do DCRB e demais documentos, relacionados as Modalidades da Educação Básica, sempre mediados por processos formativos que possibilitem aos atores curriculares (que constituem os GEA's) uma certa apropriação do referido documento, que os autonomizem e autorizem em relação às políticas, teorias, práticas e modelos curriculares - autoria do Referencial Curricular Local/Municipal.

Assim como os cadernos anteriores, este caderno traz duas proposições de etapas do trabalho, a saber: **Estudo dos textos do Documento Curricular Referencial da Bahia – DCRB** (referentes a cada Modalidade da Educação Básica e demais documentos relacionados) e a **Sistematização dos textos** produzidos pelos grupos. O Caderno traz, assim como os cadernos anteriores, duas proposições de etapas do trabalho, a saber: **Diretrizes Curriculares Referenciais da Bahia – DCRB e documentos que delineiam a base legal, os fundamentos e princípios relacionados às Modalidades da Educação Básica**, e a **Sistematização dos textos** produzidos pelos grupos.

Todas as etapas, por sua vez, assim como no caderno de orientações anteriores (Parte I e II), estão apresentadas em quatro seções: **Importante saber** - tendo como objetivo situar a Comissão num determinado ponto de partida. **O que fazer** - que remete aos objetivos da ação. **As possibilidades do fazer** - as quais podem ser reconhecidas como pistas possíveis. **Ampliando o repertório** - que tem a finalidade de oportunizar o contato com leituras e/ou fazeres já vividos e experienciados em relação às Modalidades.

Salientamos que as possibilidades das ações sugeridas devem ser entendidas como atividades propositivas, não devendo ser consideradas como o único caminho possível para o alcance do objetivo das etapas do trabalho.

2. APRESENTAÇÃO DAS MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PELO DCRB

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº 9.394/96) dita às modalidades de ensino e considera as características de cada povo e comunidade, demarcando identidade, cultura e fortalecimento destas. As modalidades contempladas na Educação Básica do Estado da Bahia compõem as pautas da:

Educação Escolar Indígena, com uma proposta de educação específica, intercultural, a partir de fundamentos antropológicos da história dos povos indígenas, feita com e para indígenas, nos espaços onde localizam as diferentes etnias.

Educação Especial, na perspectiva inclusiva que visa promover a participação plena do seu público-alvo, focando na identificação e eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais, favorecendo a inclusão escolar e social.

Educação do Campo, visando à valorização da vida, do conhecimento e da cultura do campo em defesa de um projeto societário fundamentado na agroecologia, no trabalho como princípio educativo, na cultura camponesa e na visão crítica da questão agrária no Brasil.

Educação Escolar Quilombola, com foco na valorização das questões étnico-raciais e identitárias a partir da valorização da identidade afrodescendente e na história da África.

Educação de Jovens e Adultos, com um olhar para o estudante que trabalha, considerando saberes prévio e tempos de aprendizagem dos sujeitos atendidos. Diante disso nota-se que as modalidades da educação atende aos sujeitos historicamente excluídos no processo de construção social e que, através da luta popular, tem suas representações e identidades demarcadas no âmbito educacional.

Por conta da vastidão, o debate destes temas não serão esgotados neste documento, havendo complementação através da elaboração de documentos com

as especificidades de cada modalidade, com o objetivo de aprofundamento dos aspectos metodológicos e avaliativos no desenvolvimento das habilidades e competências da Base para as modalidades.

3. ORIENTAÇÕES PARA O TRABALHO DOS GRUPOS DE ESTUDOS E APRENDIZAGENS – GEA's DAS MODALIDADES

2.1 Estudos dos textos do Documento Curricular Referencial da Bahia - DCRB, relacionados às Modalidades da Educação Básica e dos demais documentos e textos referentes às modalidades.



Importante saber...

[...] as modalidades da educação atende aos sujeitos historicamente excluídos no processo de construção social e que, através da luta popular, tem suas representações e identidades demarcadas no âmbito educacional, garantindo assim os princípios da equidade. Por conta da vastidão, o debate destes temas não esgotados neste documento, havendo complementação através da elaboração de documentos complementares com as especificidades de cada modalidade, com o objetivo de aprofundamento dos aspectos metodológicos e avaliativos no desenvolvimento das habilidades e competências da Base para as modalidades (BAHIA, 2019, p. 49).

O estudo dos textos do DCRB e demais documentos, referentes às Modalidades da Educação Básica, leva em consideração as especificidades dos estudantes inseridos nessas modalidades, oportunizando a reflexão a partir da demarcação da identidade e do fortalecimento da cultura dos estudantes, atores centrais dessas modalidades. Portanto, há a necessidade da apreciação, reflexão e escrita sobre os elementos estruturantes dessas modalidades na estrutura curricular dos municípios.

O que fazer...



Caberá aos Grupos de Estudos e Aprendizagens (GEAs)

- a) Elaborar cronograma de trabalho, definindo as atividades, responsáveis e prazos;
- b) Revisitar a escrita e/ou apontamentos relacionados à seção do DCRB que trata das Modalidades da Educação Básica;
- c) Ler e discutir os textos apresentados no módulo e indicações de estudos das Modalidades;
- d) Ler e discutir os principais documentos normativos (Resoluções e Diretrizes) relacionados às Modalidades da Educação Básica;
- d) Construir o texto referente a cada Modalidade trazendo, por exemplo: a Apresentação (A Trajetória da Modalidade no Município), os Fundamentos Legais e Conceitual, a Estrutura Organizacional da Modalidade etc., levando em consideração o que o seu município já tem escrito ou a concepção de educação em que está alicerçada todas as Modalidades da Educação Básica;
- e) Refletir como construir o Organizador Curricular das Modalidades (o qual será contruído em outra fase do Programa), levando em consideração as especificidades das modalidades.
 - Introdução
 - Marcos Normativos
 - Trajetória Histórica
 - Fundamentos Pedagógicos
 - Princípios das Modalidades
 - Organizador Curricular

ESTUDOS E OBSERVAÇÕES

4. MODALIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL

- 4.1. Educação Escolar Indígena;
- 4.2. Educação Especial;
- 4.3. Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosa;
- 4.4. Educação do Campo;
- 4.5. Educação Escolar Quilombola;

A partir dos estudos e observação nota-se que no DCRB as Modalidades da Educação Básica são compreendidas de forma genérica como parte integrantes das etapas de ensino sem considerações às suas especificidades. O Programa de (Re) elaboração dos Referenciais Curriculares nos Municípios Baianos, portanto, visa abordar as Modalidades da Educação Básica de forma mais aprofundada, levando também em consideração todos os aspectos teóricos, metodológicos e pedagógicos destas modalidades, assumindo um posicionamento crítico-reflexivo, buscando assim superar o entendimento acerca do papel das modalidades de ensino apenas como campo de luta política e de construção voltado a outro projeto de sociedade para além das meras contextualizações do currículo.



Algumas possibilidades para o fazer...

4. ATRIBUIÇÕES DOS GRUPOS DE ESTUDOS E APRENDIZAGENS (GEAs) VOLTADOS AS MODALIDADES

1. Estudar o referencial curricular vigente no município voltado às modalidades de ensino;
2. Realizar estudos dos marcos normativo voltado às modalidades: Educação do Campo, Educação Especial, Educação de Indígena, Educação de Jovens e Adultos e Educação Quilombola;
3. Retomar os estudos dos textos introdutórios do DCRB, no referente às modalidades de ensino;
4. Efetivar estudos sobre o marcos epistemológicos, fundamentos e princípios que regem as modalidades de ensino;
5. Dialogar com os demais membros do grupo, sobre quais temáticas locais e/ou territoriais da área e/ou componente curricular são importantes para a aprendizagem dos estudantes da educação especial, do campo, quilombolas, indígenas e da educação de pessoas jovens, adultas e idosas;
6. Retomar os estudos do DCRB, em especial sobre as Competências e Habilidades da área e/ou respectivo componente curricular estabelecendo uma análise crítica reflexiva a partir das especificidades das modalidades;

7. Retomar os estudos sobre os temas contemporâneos da BNCC e integradores das DCRB, estabelecendo uma análise crítica junto aos marcos epistemológico voltado as modalidades de ensino;
8. Anotar as dúvidas ou observações de necessidades de ajustes para discussão coletiva do grupo, no momento do estudo;
9. Observar as temáticas locais e/ou territoriais, analisando se as mesmas estão contempladas no texto. Caso não esteja, pensar/elaborar proposta de habilidades que possam considerar as especificidades locais;
10. Sistematizar as contribuições para articulação junto aos demais GEAs existentes no município, enriquecendo assim o processo de escrita do referencial municipal e contemplando todas as modalidades de ensino;
11. Utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem para diálogo entre os Membros do Comitê de Governança e os Formadores sobre dúvidas, orientações e esclarecimentos;
12. Participar ativamente das Lives formativas que serão realizadas para estudos e orientações.

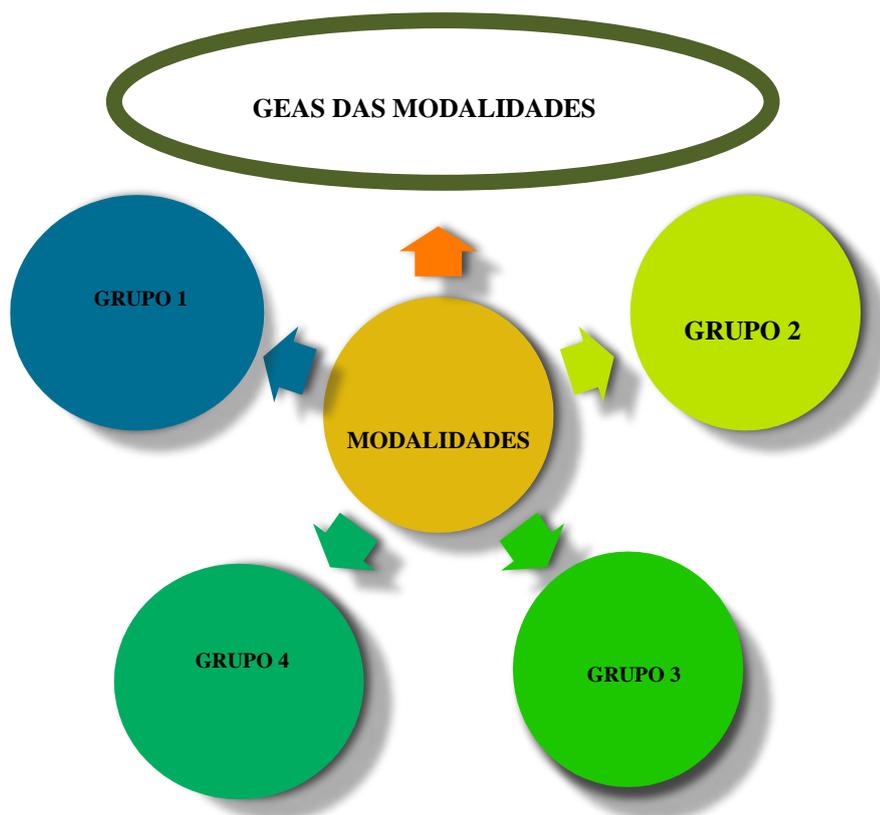
ESQUEMA DA COORDENAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE GOVERNANÇA



5. METODOLOGIA DOS GEAs VOLTADA ÀS MODALIDADES

Quanto as Modalidades, sugerimos a cada Rede de Ensino à distribuição dos professores no GEAs de cada Modalidade, sendo que cada GEAs poderá ser subdividido em quatro grupos de trabalho, com o objetivo de cada grupo se debruçar nos seguintes estudos:

- 1) Estudo do Referencial Curricular em vigência no município (desafios e possibilidades apresentadas sobre cada modalidade no documento) – Grupo 01;
- 2) Estudo dos Marcos Normativos e Epistemológicos das Modalidades; Grupo 02
- 3) Fundamentos e Princípios das Modalidades – Grupo 03;
- 4) Estudos sobre os temas contemporâneos e integradores da BNCC – Grupo 04.



Caberá aos GEAs voltado as Modalidades, além dos estudos, aprendizagens e registros escritos (anotações, textos, entre outros) referentes à Educação do Campo, Educação Especial, Educação Indígena, Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas e Educação Quilombola, a articulação destes junto à produção escrita do referencial curricular, dialogando assim com os demais Grupos de Estudos e Aprendizagens tendo como objetivo a articulação e produção do referencial curricular municipal. Assim, os GEAs voltados às modalidades busca superar o entendimento acerca do papel das modalidades de ensino apenas como campo de luta política e de construção voltado a outro projeto de sociedade para além das meras contextualizações do currículo.



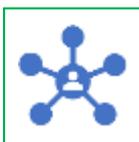
Ampliando o repertório...

O que fazer...

1. Caberá aos Grupos de Aprendizagens (GEAs) das Modalidades:

- Após a revisita da escrita e/ou apontamentos relacionados à seção do DCRB que trata das Modalidades da Educação Básica, em especial a parte relacionada às Modalidades da Educação Básica, a leitura e discussão dos textos apresentados nas sugestões de estudos que constam neste material, no referente aos Marcos Normativos das Modalidades;
- Construir o texto referente à trajetória das Modalidades da Educação Básica nos municípios, trazendo, por exemplo: **1)** a Apresentação ou Introdução; **2)** Trajetória Histórica da Modalidade; **3)** os Fundamentos Legais e Conceituais; **4)** os Princípios das Modalidades e **5)** Estrutura Organizacional Curricular da Modalidade (a qual será trabalhada em outro momento do Programa).

Observação: Sugerimos que os GEAs reflitam também durante os estudos e discussões como construir o Organizador Curricular das Modalidades levando em consideração suas especificidades, fundamentos e princípios articulados a partir por exemplo, da concepção freireana de **Temas Geradores**.



Algumas possibilidades para o fazer...

2. Sugestões de atividades:

2.1. Atividade 1

Caberá aos Grupos de Estudos e Aprendizagens:

- a) Revisitar a escrita e/ou apontamentos relacionados à seção do DCRB que trata das Modalidades da Educação Básica e observar as possibilidades de avanço nas discussões apresentadas no texto já construído, após as leituras sugeridas;

2.2. Atividade 2

- b) Ler e discutir os textos apresentados neste caderno, no referente aos fundamentos e princípios das Modalidades da Educação Básica, assinalando os pontos mais importantes e responder aos seguintes questionamentos:
 - Como a Secretaria Municipal de Educação – SME identifica e mobiliza a demanda das Modalidades?
 - Que estratégias a Secretaria Municipal de Educação - SME adota para oferecer orientação pedagógica e material apropriado para os professores que trabalham junto as Modalidades?
 - No específico a EPJAI, existe oferta em horários alternativos ao aluno, ou seja, o município oferece EPJAI nos turnos diurnos e noturnos?
 - As formas de avaliação da aprendizagem são adequadas às realidades dos estudantes? Em que perspectiva o município desenvolve avaliação na EPJAI e nas demais Modalidades?
 - O município possui no Referencial Curricular Municipal existente uma proposta curricular que leve em conta às especificidades dos (as) educandos (as) das Modalidades da Educação Básica?

2.3. Atividade 3

- No específico a EJA, ler e discutir os principais pontos apresentado no Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica

sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB nº. 11 de 10 de maio de 2000). Identificando as funções seguintes:

Função Reparadora –
Função Equalizadora –
Função Qualificadora -

2.4. **Atividade 4**

Refletir como construir o Organizador Curricular das Modalidades da Educação Básica levando em consideração suas especificidades, conforme mencionado neste caderno.



Ampliando o repertório...

EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS: referências para estudos

- Texto do DCRB referente a Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas - DCRB (p. 54-57).
- Resoluções e Pareceres que norteiam a Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas.
- Parecer CEB nº. 11/2000 CNE/CEB - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.**
- RESOLUÇÃO CNE/CEB nº. 1, de 5 de julho de 2000 - **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.**
- Resolução nº. 3/2010 CNE/CEB - Institui **Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos** nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.
- RESOLUÇÃO nº. 2 de 19 de maio de 2010 (*) - Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para **a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais.**

- Resolução nº. 239/2011 CEE - Dispõe sobre a oferta da Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia.
- LEI nº. 13.632, de 6 de março de 2018 - **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: referências para estudos

➤ Base Legal da Educação do Campo

- BRASIL. Presidência de República. **Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.** In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo: Marcos Normativos.** Brasília-DF: MEC/SECADI, 2012, pp. 81-88.
- _____, CNE, CEB, Resolução 1 de 03 de Abril de 2002, Institui **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Relator: Francisco Aparecido Cordão, Diário Oficial da União, 9 de Abril de 2002, Seção 1, p. 32.
- _____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Parecer CNE/CEB nº 1, de 02 de fevereiro de 2006, Dias Letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância. Relator: Murilo de Avellar Hingel. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo: Marcos Normativos.** Brasília-DF: MEC/SECADI, 2012, pp. 39-51.
- BAHIA. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CEE nº 103 de 28 de setembro de 2015, Dispõe sobre a oferta da Educação do Campo, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia.** Relator: Avelar Luiz Bastos Mutim. Disponível em: http://www2.egba.ba.gov.br/diario/DO05/DO_frm0.html

➤ Fundamentos e Princípios da Educação do Campo;

- CALDART, Roseli Salete, et. al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Expressão Popular, Rio de Janeiro, 2012. (Estudar os seguintes verbetes abaixo):
- Pedagogia do Oprimido;
- Pedagogia Socialista;

- Pedagogia do Movimento;
- Agroecologia;
- Agronegócio;
- Educação do Campo;
- Educação Rural;
- Infância do Campo;
- Juventude do Campo;
- Questão Agrária
- Trabalho como princípio educativo.

- **A BNCC, o DCRB e a Educação do Campo, Educação Indígena e Educação Quilombola:** proposições sobre o currículo e as modalidades de ensino;

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: referências para estudos

➤ Base Legal da Educação Quilombola;

- BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola.** Parecer CNE/CEB no. 16/2012. Brasília/DF: CNE 2012.
- _____, **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana.** Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

➤ Fundamentos e princípios da Educação Quilombola;

- CALDART, Roseli Salete, et. al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Expressão Popular, Rio de Janeiro, 2012. (Estudar os seguintes verbetes):
- Educação Quilombola;
- Quilombos.

➤ **A BNCC, o DCRB e a Educação do Campo, Educação Indígena e Educação Quilombola:** proposições sobre o currículo e as modalidades de ensino;

EDUCAÇÃO INDÍGENA: referências para estudos

➤ Base legal da Educação Indígena;

- BRASIL, Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012 - Define **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.**
- _____, Parecer CNE/CP nº 6/2014, aprovado em 2 de abril de 2014 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores**

Indígenas.

- _____, Parecer CNE/CEB nº 13/2012, aprovado em 10 de maio de 2012 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena.**
- Fundamentos e princípios da Educação Indígena;
 - CALDART, Roseli Salete, et. al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Expressão Popular, Rio de Janeiro, 2012. (Estudar o seguinte verbete):
 - Povos Indígenas.
- A BNCC, o DCRB e a Educação do Campo, Educação Indígena e Educação Quilombola: proposições sobre o currículo e as modalidades de ensino;

EDUCAÇÃO ESPECIAL: Referências para estudos:

- Estudar o texto do DCRB referente à Educação Especial.
 - DCRB (p. 52-54).
- Estudar os marcos legais que norteiam a Educação Especial no Brasil.
 - Constituição da República Federativa do Brasil (1988) estabelece em seu art. 206 “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, e o art. 208 que garante como dever do Estado a oferta do atendimento educacional especializado.
 - Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 59 estabelece que “os sistemas de ensino, devem assegurar aos alunos currículo, métodos, técnicas e recursos específicos para atender às suas necessidades”.
 - Decreto nº 3.298/99 – Regulamenta a lei 7.853/89 que define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis e todas as modalidades de ensino.
 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC/ SEESP, 2001.
 - Lei nº 10.436/02. Reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas do Brasil.
 - Decreto nº 5.296/04. Regulamenta as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
 - Decreto nº 5.626/05. Regulamenta a Lei de Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

- Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva MEC/SEESP (2008) apresentam objetivos e o público-alvo da educação especial.
- Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, e o atendimento educacional especializado.
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e garante aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista os mesmos direitos das pessoas com deficiência.
- Lei nº 13.005/2014 aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). A meta 4 dispõe sobre a educação especial.
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- Estudar os textos com os Marcos Teóricos e Conceituais da Educação Especial.

BIBLIOGRAFIA

EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL

ARROYO, Miguel G. **Educação de jovens adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio José Gomes; GIOVANETTI, Maria Amélia.; GOMES, Nilma Lino. (Org.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.19-50.

_____. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão**. Alfabetização e Cidadania. São Paulo: Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil (RAAAB), n.11, abril 2001.

AMORIM, Maria Gorete Rodrigues; RIBEIRO, Nadja Naira Aguiar; MOURA, Tânia Maria de Melo. A especificidade curricular na educação de jovens e adultos: ainda um desafio. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 21, n. 37, p. 109-116, jan./jun. 2012.

BAHIA. Secretaria da Educação. Superintendência de Políticas para Educação Básica. União Nacional dos Dirigentes Municipais da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia para Educação Infantil e Ensino Fundamental – Superintendência de Políticas para Educação Básica**. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Bahia Salvador: Secretaria da Educação, 2019. 475p.

BAHIA. CEE. Resolução N.º 137/2019, de 17 de dezembro de 2019. Fixa normas complementares para a implementação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Diário Oficial do Estado (DOE) de sábado, 21 de dezembro de 2019.

BAHIA. Secretaria da Educação. Superintendência de Políticas para Educação Básica. **Diretrizes da Educação Inclusiva para pessoas com Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação no Estado da Bahia**. Salvador: Secretaria da Educação, 2017

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal n.º 13.632**. Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida, de 6 de março de 2018. Brasília: MEC, 2018. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13632.htm

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Parecer CNE/CEB nº. 1/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, maio de 2000.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Resolução nº. 3, de 15 de junho de 2010. Brasília: MEC, maio de 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Federal n.º 10.172/2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação**. Brasília, 9 de janeiro de 2001
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Federal n.º 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil** de 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC, 2017. Brasília, DF, 2017.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE A EDUCAÇÃO DE ADULTOS - VI **CONFITEA**, 2010: Brasil. Marco de Ação de Belém: Brasília: UNESCO, 2010.

_____. **V CONFITEA** 1997: Hamburgo, Alemanha: Declaração de Hamburgo: Agenda para o Futuro. Brasília: SESI/UNESCO, 1997. 67 p.

COSTA, Cláudia Borges; MACHADO, Maria Margarida. **Políticas públicas e educação de jovens e adultos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2017.

DAYRELL, Juarez. A Juventude e a Educação de Jovens e Adultos: reflexões iniciais, novos sujeitos. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. (Orgs.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

DI PIERRO, M. C. Educação de Jovens e Adultos (EJA). In: OLIVEIRA, D. A. et al. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2010.

EUGÊNIO, Benedito Gonçalves. **Práticas curriculares na educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: PUBLIT Soluções Editoriais, 2010.

FERRO, Jenaice Israel; PINHEIRO, Rosa Aparecida. A ação docente e o currículo na EJA: um repensar a partir das diferenças socioculturais dos alunos. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**. Volume. 3, nº. 5, p. 99-120, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; DANTAS, Tânia Regina. A pesquisa sobre a EJA na e da Bahia: aproximações e demandas teórico-metodológicas. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**. Volume.3, n. 6, p. 147-173, 2015.

MACHADO, Maria Margarida. A educação de jovens e adultos – após 20 vinte anos da Lei nº. 9.394, de 1996. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 10, n. 19, p. 429-

451, jul/dez. 2016. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** SP: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Tereza Egler, (organizadora). **O desafio das diferenças nas escolas**. 5. ed. –Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

MOREIRA, Josinéia dos Santos. Docência na Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre a formação dos professores na perspectiva multicultural. 220 f. il. 2018. **Tese** (Doutorado em Educação e Contemporaneidade). Universidade do Estado da Bahia, Salvador- BA: UNEB/PPGEduC, 2018.

MOREIRA, Josinéia dos Santos. A Formação de Professores/as e a Educação Multicultural no Cenário da Educação de Jovens e Adultos. **Dissertação** (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Universidade do Estado da Bahia. Salvador - BA: UNEB/PPGEduC, 2013.

RIBEIRO, Vera Masagão. (Coord.). **Educação de Jovens e Adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino Fundamental**. São Paulo/Brasília: Ação Educar.

ROPOLI, Edilene Aparecida [et.al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva** / Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Quem escondeu o currículo oculto. In: **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILUK, Ana Cláudia Pavão (Org.). **Atendimento Educacional Especializado - AEE: contribuições para a prática pedagógica**. 1.ed., 1. reimpresso. Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação. Universidade Federal de Santa Maria: UFSM, 2014.

_____. Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da Inclusão: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos surdos**. SEESP/MEC: Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

EDUCAÇÃO DO CAMPO, QUILOMBOLA E INDÍGENAS – LEIS

BAHIA. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CEE nº 103 de 28 de setembro de 2015, Dispõe sobre a oferta da Educação do Campo, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia**. Relator: Avelar Luiz Bastos Mutim. Disponível em: http://www2.egba.ba.gov.br/diario/DO05/DO_frm0.html

BRASIL, CNE, CEB, Resolução 1 de 03 de Abril de 2002, Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Relator:

Francisco Aparecido Cordão, Diário Oficial da União, 9 de Abril de 2002, Seção 1, p. 32.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. Parecer CNE/CEB nº 1, de 02 de fevereiro de 2006, Dias Letivos para a aplicação da Pedagogia da Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância. Relator: Murilo de Avellar Hingel. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo: Marcos Normativos**. Brasília-DF: MEC/SECADI, 2012, pp. 39-51.

_____. Presidência de República. **Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo: Marcos Normativos**. Brasília-DF: MEC/SECADI, 2012, pp. 81-88.

_____. Resolução nº 2, **Diretrizes Complementares da Educação Básica do Campo**, de 28, de abril de 2008.

_____. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**, Dispõe sobre a Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, PRONERA.

_____. **Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileiras, Diversidade e equidade**: pela garantia dos direitos de cada criança e adolescente. Unicef, Brasília, DF, (2003).

_____. Secretaria Especial para Políticas de Promoção a Igualdade Racial (SEPPIR). **Programa Brasil Quilombola**. Brasília, DF, 2005.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola**. Parecer CNE/CEB no. 16/2012. Brasília/DF: CNE 2012.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

_____. Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012 - Define **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**.

_____. Parecer CNE/CP nº 6/2014, aprovado em 2 de abril de 2014 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas**.

_____. Parecer CNE/CEB nº 13/2012, aprovado em 10 de maio de 2012 - **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena**.

EDUCAÇÃO DO CAMPO, QUILOMBOLA E INDIGENAS - ARTIGOS (SUGESTÕES)

ARROYO, Miguel Gonzales, CALDART, Roseli Salette, MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por Uma Educação do Campo**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Cadernos Didáticos sobre Educação do Campo**, TAFARELL, Celi Nelza Zulke (Org), Salvador: Editora, 2010.

CALDART, Roseli Salete. A Escola do Campo em Movimento. In: BENJAMIN, César; CALDART, Roseli. **Projeto Popular e Educação do Campo**. Brasília – DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2000. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, v. 3).

DIAS, T. S. **Educação Escolar Quilombola no Censo da Educação**. Rio de Janeiro: IPEA, abr. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Luís Carlos de. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. Campinas-SP: 1995 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

MARTINS, Lígia Márcia. **O Desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**, Campinas – SP: Autores Associados, 2013.

MAUÉS, Olgaíses. Os Organismos Internacionais e as Políticas Públicas Educacionais no Brasil. In: GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **Currículo e Políticas Públicas**. Belo Horizonte, Autêntica, 2003.

SANTOS, Clarice Aparecida dos, et. al. (org.). **Memória e História do PRONERA: contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil**. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. 42ª ed. Campinas-SP. Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11ª Ed. Campinas-SP. Autores Associados, 2013.